

Carta de Princípios do Núcleo São Paulo*

"... é preciso afirmar que há, no Brasil, muitos professores que dão sentido às suas vidas, dando sentido à vida das crianças e das escolas. Sinto-me um privilegiado por, após três décadas de trabalho numa escola que ousou provar que a utopia é realizável, encontrar no Brasil tanta generosidade e responsável ousadia." [1]

O movimento Românticos Conspiradores constitui-se de uma rede colaborativa formada por pessoas que militam pela transformação da Educação Pública[2]. Nossa finalidade inicial é a de promover a comunicação e o apoio mútuo entre pessoas, organizações e projetos que tenham por objetivo contribuir para a superação dos arcaicos paradigmas educacionais vigentes.

Somos pessoas conscientes de que os modelos educacionais e as práticas educativas possuem decisivas condicionantes sócio-culturais. Este fato exige que, para a transformação da Educação, tenhamos de ultrapassar seu âmbito restrito, englobando as dimensões sociais, políticas e culturais.

Temos a convicção de que a Educação atualmente praticada não contribui para que as gerações futuras tenham condição de superar os cruciais desafios postos para e pela humanidade. Mais do que isso, essa educação acaba por incentivar a formação de pessoas que tendem a reproduzir o modo de pensar, sentir, agir e viver que produziram tais desafios. Para que os atuais paradigmas educacionais possam ser superados é necessário estabelecer novas

concepções que apontem formas alternativas de pensar, estruturar e praticar a Educação.

Tendo como síntese de nossa visão o trinômio autonomia-responsabilidade-solidariedade, apresentamos nossos princípios gerais, assim como alguns exemplos de seus desdobramentos educacionais. A finalidade é tanto orientar a ação dos membros da rede Românticos Conspiradores como esclarecer àqueles que queiram participar ou formar novos núcleos. São estes princípios que, a nosso ver, devem fundamentar a vital transformação da Educação, para que esta possa corresponder às necessidades das pessoas e das sociedades contemporâneas.

1. Educar para a Integralidade

A educação deve contemplar a humanidade dos educadores e educandos em sua totalidade, sendo coerente com a indivisibilidade das dimensões biológica, mental e espiritual de cada pessoa. Assim como cada ser humano possui diferentes limites, possui também diversas potencialidades que poderão, ou não, ser desenvolvidas e expressas a partir das formações e transformações que ocorrem durante toda a vida. Para isso a educação deve ser um processo intencional, contínuo e transformador, que leve a integralidade e que repercuta durante toda a vida.

Desdobramentos: educação integral[3], transdisciplinaridade, currículo aberto, aprender a conhecer-fazer-conviver-ser, educação continuada.

2. Educar em Solidariedade

A educação é um processo relacional, possuindo um caráter social que deve ser assumido nas práticas educativas. A solidariedade, mais do que um objetivo ético a ser atingido, é uma condição primordial para a realização do trabalho educativo. Portanto, este só se desenvolverá plenamente se considerar e incluir as diversas relações entre todos os atores envolvidos: educandos, educadores, gestores, famílias e comunidades. No caso da escola, é indispensável que abra suas portas à comunidade, a fim de constituir-se em pólo integrador e irradiador do saber e do esforço social pela educação, também cabe a escola incentivar a integração dos agentes e espaços comunitários a esse mesmo esforço.

Desdobramentos: comunidade educadora, docência compartilhada, ensino-aprendizagem colaborativo, pedagogia de projetos.

3. Educar na Diversidade

A educação deve contemplar a originalidade e a criatividade das pessoas, valorizando a diversidade humana em todos os seus aspectos: físicos, psicológicos, culturais, etc. As práticas educativas devem ser coerentes com o fato de que as pessoas aprendem melhor segundo seus interesses e motivações, em diferentes ritmos e de diferentes formas. A noção de educação na diversidade, associada aos conceitos de integralidade e solidariedade, permite o reconhecimento tanto de nossas singularidades quanto das nossas

igualdades, resultantes de nossas condições humanas e socioculturais. As diferenças, nesse contexto, devem ser consideradas como algo inerente ao ser humano, rompendo-se a lógica binária que nos fragmenta em "iguais" de um lado e "diferentes" de outro.

Desdobramentos: educação inclusiva[4], pedagogia da escuta, ensino não seriado, grupos multietários, educação para a paz, pedagogia da autonomia, educação multicultural.

4. Educar na Realidade

A educação deve servir para a melhora objetiva da realidade na qual ela ocorre, contribuindo para o chamado desenvolvimento local. Para tanto, ela deve ser contextualizada, integrada à vida dos educandos e de suas comunidades, aberta para a troca de experiências e conhecimentos. A educação só possibilitará à pessoa atuar efetivamente na transformação da sua realidade se proporcionar condições de autotransformação. Em outras palavras, é somente através da promoção de aprendizagens significativas que a educação contribuirá para a transformação humana e social.

Desdobramentos: contextualização, extensão comunitária, ensino ativo, aprendizagem significativa.

5. Educar na Democracia

A educação que prepara para a democracia deve se dar através de práticas

não-autoritárias, que permitam a ampla participação de educandos, dos educadores, das famílias e da comunidade. Só é possível uma educação para a ação cidadã se a educação for pela e na ação cidadã. As práticas educativas promotoras da liberdade, autonomia, respeito, responsabilidade, eqüidade e solidariedade devem estar associadas aos princípios anteriores para permitir que atinjam o objetivo maior da auto-responsabilização social[5].

Desdobramentos: educação democrática, não-coercitiva, educomunicação, protagonismo juvenil.

6. Educar com Dignidade

A dignidade específica do ofício do educador é derivada da dignidade reconhecida na pessoa do educando. O educador deve ser cômico do seu importante papel como agente social, assumindo sua missão como tutor dos educandos e facilitador de suas aprendizagens, entendendo que a educação deve ser solidária e coletiva e a aprendizagem um processo de dupla-via - entre o educador-aprendente e educando-ensinante. O tão almejado resgate da autoridade e a revalorização social e profissional do educador passam, necessariamente, pela reformulação das formações iniciais, pela reflexão e atualização permanente das práticas educativas e, principalmente, pela constante busca da coerência entre o fazer pedagógico e as necessidades educacionais dos educandos, suas comunidades e das sociedades em geral.

* Esta carta é produto do trabalho coletivo dos membros do núcleo RC-SP, realizado através de fórum virtual de discussões e reuniões presenciais durante os meses de agosto, setembro e outubro de 2008 e aprovada em assembléia no dia 18/10/2008, onde estavam presentes: Albertina Rodrigues (Tina), Alfredo Giorgi, Ana Neves, Angelo Ricchetti, Carlos Terzini, Daniela Bittencourt, Elaine, Gumercindo Dorea (Guga), Luiz de Campos Jr., Maria Aparecida (Cidinha), Maria Lucinda Moraes, Maria Luiza, Maria Veridiana Campos, Regina Bonança, Rosa Cleide Marques (Rosinha) e Suely Costa. Membros da comissão de redação da Carta de Princípios: Alfredo Giorgi, Ana Neves, Carla Lam, Guga Dorea, Luiz de Campos, Maria Lucinda, Maria Veridiana e Simone Alcântara.

[1] José Pacheco, As Escolas Invisíveis, jornal Folha de São Paulo, novembro de 2005.

[2] A educação pública é por nós entendida como aquela voltada para a população em geral, seja ela de caráter estatal ou privado.

[3] A educação integral é vista aqui como aquela que considera as diversas dimensões da experiência humana: sensorial, cognitiva, emocional, moral, ética, política, cultural, estética, artística, etc.

[4] O termo educação inclusiva é aqui utilizado com ressalvas, uma vez que seu uso só faz sentido em um contexto excludente.

[5] A auto-responsabilização social refere-se à conscientização de que os contextos sociais são responsabilidade de todos e de cada um, visando que as pessoas e comunidades tenham condição de se apropriar das suas realidades e transformá-las.